



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682073 - SP (2021/0230771-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : FLAVIO ALMEIDA BONAFE FERREIRA
ADVOGADO : FLAVIO ALMEIDA BONAFE FERREIRA - SP300311
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JESSICA VANESSA DOS SANTOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JESSICA VANESSA DOS SANTOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Habeas Corpus Criminal Nº: 2163176-92.2021.8.26.0000).

A paciente se encontra presa cautelarmente em virtude da suposta prática do crime de tráfico de drogas.

Neste writ, o impetrante sustenta que a paciente sofre constrangimento ilegal porque não haveria indícios suficientes de autoria e por ser mãe de menor. Aduz que o *decisum* vergastado *não analisa que todos os depoimentos inclusive dos policiais falam que o corréu Bruno assumiu a propriedade das drogas.*

É, no essencial, o relatório. Decido.

Por primeiro, a matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do writ originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.

GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.

INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser

conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

De qualquer modo, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, conforme se verifica do seguinte trecho do acórdão impetrado:

É certo que, nos termos da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de prática do fato típico do artigo 33 da Lei de Drogas em concurso de agentes com adolescente, a tipificação adequada é a do artigo 33, caput, c. c. artigo 40, VI, da Lei nº 11.343/06, sem que se caracterize o crime de corrupção de menores, em razão do princípio da especialidade (REsp 1.622.781-MT, 6ª Turma).

Flagrante formalmente em ordem. O laudo de constatação preliminar de substância entorpecente foi tempestivamente trazido aos autos (fls. 65/67), restando prejudicada e superada a alegação de nulidade deduzida pela defesa. O delito em tese praticado é consideravelmente grave, vez que equiparado a hediondo. Os averiguados foram flagrados na posse de grande quantidade de entorpecentes, de natureza variada (maconha, crack e cocaína), sendo os dois últimos de elevado poder vulnerante à saúde, notórios por causarem rápida e devastadora dependência. Além disso, traziam petrechos para confecção de porções individuais de drogas (tesoura e balança de precisão), bem como grande quantia em espécie. Assim, embora primários, o contexto da prática delitiva indica que seu desenvolvimento não é episódico, mas sim habitual e em grande escala, representando o meio de subsistência dos indiciados. Evidente, assim, que as medidas cautelares diversas do cárcere não serão suficientes para impedir a reiteração delitiva, sendo a decretação da segregação cautelar a única medida apta a garantir a ordem pública.

Por outro lado, como se verifica, a decisão hostilizada pelo writ não padece de qualquer ilegalidade e está devidamente fundamentada, tendo seu prolator especificado, de forma clara e precisa, as razões de seu convencimento. Por isso, não é passível de revisão nesta sede e deve ser atacada por intermédio do recurso apropriado, em cujo âmbito a questão pode ser examinada com amplitude. Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e que não restou demonstrada de plano a alegada evidente ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência